

CANDOMBLÉ E EDUCAÇÃO NÃO FORMAL: A DINÂMICA DA FORMAÇÃO LITÚRGICA EM AMBIENTES SAGRADOS, A PARTIR DA CONTRIBUIÇÃO DA MULHER NEGRA, PARA REAFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA

Jessica S. S. Teixeira¹
Roberto Carlos Vieira²

RESUMO

O artigo propõe um estudo sobre os rituais litúrgicos realizados pela religião de matriz africana, especificamente o Candomblé, considerando o processo de educação não formal, traduzidos em oralidade, desenvolvido por líderes religiosas, ou seja, a mulheres negras, para reafirmação da identidade negra. O estudo se restringiu ao estudo da estrutura e funcionamento de uma das nações do candomblé, a nação de Ketu. A mulher dentro da religião contribuiu com um papel significativo, desde o período da escravidão no Brasil, para reafirmação da identidade negra. A inquietação da pesquisa se traduz como se desenvolve a educação não formal, em ambientes sagrados do candomblé, da nação de Ketu, a partir da contribuição da mulher negra, para reafirmação da identidade negra? O objetivo busca compreender as práticas educativas não formais, realizadas por mulheres negras, líderes religiosas, desenvolvidas nas comunidades de Terreiros de Candomblé, da nação de Ketu, para reafirmação da identidade negra. Para sustentação teórica do objeto recorreremos às contribuições dos teóricos Libâneo (2017), Barbieri e Leonardi (1997), Prandi (1996) e Carneiro (2008). A metodologia foi realizada com uma abordagem qualitativa, utilizando a lógica dialética, a pesquisa bibliográfica e métodos indutivo e dialético. O resultado deste estudo demonstra que a contribuição da mulher negra, em ambientes sagrados, utilizando a educação não formal, pela tradição oral, contribui significativamente para reafirmação da identidade negra.

Palavras – chave: Escravidão. Candomblé. Nação de Ketu. Educação não formal. Identidade Negra.

ABSTRACT

The article proposes a study on the liturgical rituals performed by the religion of African origin, specifically Candomblé, considering the process of non-formal education, translated into orality, developed by religious leaders, that is, black women, to reaffirm the black identity. The study was restricted to the study of the structure and functioning of one of the nations of candomblé, the nation of Ketu. The woman within the religion has contributed to a significant role since the period of slavery in Brazil, to reaffirm the black identity. Does the restlessness of the research reflect how non-formal education in the sacred environments of candomblé, the Ketu nation, is developed from the contribution of the black woman, to reaffirm the black identity? The objective is to understand the non-formal educational practices carried out by black women, religious leaders, developed in the communities of Terreiros de Candomblé, of the nation of Ketu, to reaffirm the black identity. For theoretical support of the object we resort to the contributions of the theoreticians Libane (2017), Barbieri and Leonardi (1997), Prandi (1996) and Carneiro (2008). The methodology was carried out

¹ Graduanda em Pedagogia pelo Centro de Educação, Cultura e humanidades da Universidade Católica de Salvador (UCSal)

² Graduado em Pedagogia pela UCSal, Mestre em Educação e Contemporaneidade pela UNEB, Doutorando em Políticas Sociais e Cidadania pela UCSal.

with a qualitative approach, using dialectical logic, bibliographical research and inductive and dialectical methods. The result of this study demonstrates that the contribution of black women, in sacred environments, using non-formal education, through oral tradition, contributes significantly to the reaffirmation of black identity.

Keywords: Slavery. Candomble. Ketu Nation. Non-formal education. Black Identity.

1 INTRODUÇÃO

Historicamente a mulher negra ficou exposta a condições mais adversas possíveis. Ao longo da história da humanidade a educação tem sido concebida de diferentes maneiras, várias são as formas de compreendê-la e conceituá-la. Para uns a educação é vista como um instrumento condutor de saberes, que desenvolve o intelecto do ser, para outros, ninguém escapa da educação, ela encontra-se na família, na igreja, na rua, na escola, etc., ou seja, em todos os espaços de convivência. Ainda de acordo com o autor citado, estamos completamente envolvidos com os processos educativos, seja para aprender e/ou ensinar, para saber ou para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos os afazeres cotidianos com a educação.

As relações de gênero dentro do candomblé de *Ketu* são questões que saem do patamar religioso e entra também em uma questão social. Grant (1991) afirmou que as versões mais conhecidas do feminismo radical, liberal e socialista não conseguiram trazer respostas à opressão vivida pela mulher. São linhas que se mostram inconsistentes quando a questão é revelar o que une as mulheres e o que as separam. Falar em mulher coloca em discussão duas dimensões: a do sexo biológico e a do gênero, que é uma construção social e, desta maneira, estão implícitos os papéis de gênero e a dicotomia entre a divisão do trabalho entre mulheres e homens, ligados à natureza biológica de cada sexo.

Essa linha de pensamento feminista possibilita a reflexão da questão do feminino voltada para as questões da mulher negra num país como o Brasil. Possibilita pensar em como é ser negro, a depender do gênero, e como é ser mulher, a depender da origem étnico-racial. E esse tem sido um exercício muito difícil para os povos do ocidente, que tem como característica fundamental pensar na individualidade de cada ser, não nas experiências coletivas onde o outro é colocado em evidência tanto quanto a mim mesma.

A educação emerge da consciência e do trabalho de educar, da categoria do sujeito, da convivência de um com o outro, do saber que é compartilhado, como uma ação de quem sabe-e-faz, para quem não sabe-e-aprende com sua multiplicidade. É desta forma que a educação acontecia nas aldeias e tribos; as crianças aprendiam com o ver e ouvir dos adultos que as

acompanhavam, este era o papel dos anciões que aprenderam com as gerações anteriores. De forma análoga acontece a educação em outros espaços sagrados confessionais, nas Comunidades de Terreiros de Candomblé.

Os saberes são compartilhados gradativamente a cada passo dentro dos princípios que orientam cada comunidade. Assim como a escola as Comunidades de Terreiro de Candomblé são espaços sócio-culturais, em que se percebe o compromisso de acabar ou no mínimo diminuir as desigualdades, desta forma a educação nos terreiros de candomblé vem buscar um repertório educacional que caminhe em direção a um conceito de ser humano que produz história não a partir de grandes sagas e heróis, mas a partir de relações comunitárias vividas e vivenciadas pelos grupamentos humanos. O estudo sobre religião é fundamental, pois mesmo com o processo de secularização pelo qual estamos passando, ela continua sendo uma das bases importantes para a (re)construção sociocultural da identidade do povo brasileiro.

Quando aí se inserem questões étnicas e de classe, mais questões surgem e, no universo das religiões de matriz africana, todos esses pontos estão entrelaçados, desde o tempo do período da escravidão.

Diante do processo de escravidão restava à população negra criar formas de sobrevivência, adaptando-se aos esquemas postos. Foi de muita relevância o campo religioso. A religião de matriz africana foi considerada para o povo negro uma das formas de resistência cultural e em defesa da continuidade de seus valores éticos e culturais. Tendo sua crença pautada nas divindades de origem africana o candomblé e o culto as divindades africanas o orixá.

As religiões de matriz africana conta com a participação das mulheres negras, que viam na sua ancestralidade a espiritualidade religiosa uma forma para, por meio de símbolos e rituais, lutar contra o jugo colonial, a escravidão e o racismo. Teve como base da religião estratégias diversas de resistência, simbólica ou real, o que lhes oferecia a possibilidade de criar mecanismos de defesa para a sobrevivência e conservação de seus traços culturais de origem.

As mulheres desta religião com o passar dos anos dentro da religião e de acordo com os procedimentos internos, recebem cargos que ocupam importância fundamental na formação e educação dentro dos terreiros. Trata-se de “Ialorixás” ou Mães-de-santo, as lideranças femininas, sacerdotisas, zeladoras ou iniciadoras dos demais praticantes na religião. A mulher negra teve a capacidade de superar as dificuldades no curso da vida, tanto na sua atuação no papel de mãe, dentro da instituição família mesmo nos limites da escravidão, bem

como nos espaços sócio-religiosos, possibilitando a preservação das suas identidades mediante as vivências das tradições.

As Irmandades religiosas foram instituídas pela igreja católica, oficialmente liberada e estimulada entre a população negra. Nestes espaços é contagiante a presença das mulheres, que puderam ocupar importantes posições hierárquicas. As irmandades que mais se destacaram no Brasil foram: Nossa Senhora do Rosário, da Boa Morte, São Bento, Nossa Senhora dos Remédios, Senhor Jesus dos Martírios, São Benedito dentre outras. As irmandades religiosas realizavam atividades como procissões, festas, casamentos, coroação de reis e rainhas, atividades sociais como ajuda aos necessitados, assistência aos doentes, visitas aos prisioneiros, concessão de dotes, proteção contra maus tratos dos escravocratas e auxílio para a compra de cartas de alforrias, garantia de enterro para os escravizados.

Quando pensamos nos povos afro-brasileiros, a preservação da tradição oral como forma de orientação com base nos conhecimentos dos ancestrais, em papel fundamental, tendo em vista um país como o Brasil, onde mais de 50% da população é composta por negros (IBGE 2015). O reconhecimento de nossos ancestrais como um povo com riquezas culturais, é também uma forma de resistirmos e sobrevivermos. Esse resgate talvez seja o grande segredo para preservação da memória dos povos tradicionais. Quando conhecemos a história de nossos ancestrais conseguimos sentir orgulho de nossa trajetória, orgulho de todas as lutas que traçamos para chegarmos aqui e, com esse orgulho e conhecimento nos tornamos agentes da memória, nos tornamos responsáveis por não deixar que esse conhecimento não se perca no tempo, somos responsáveis por transmiti-lo e mantê-lo efetivo.

Esses conhecimentos têm como objetivo não só o repasse de histórias, mas também a construção cultural de um povo, a criação dentro de uma coletividade da importância de cada história, a importância das percepções individuais e repasse das mesmas, através da tradição oral é possível a construção dos povos, de tempos em tempos, e esses valores, a tradição do coletivo, a ancestralidade e a palavra não devem jamais deixar serem silenciados ou esquecidos.

Dentro deste artigo estão presentes as palavras em outra língua, *Yorubá*, com uma versão escrita em português do Brasil, tendo consciência de que há diferença da escrita em África. Apresentamos ainda ao final do artigo breves notas de tradução de termos e ou expressões da língua africana. A forma proposta nesta narrativa destina-se a provocar um melhor entendimento para o leitor melhor se familiarizar com a abordagem do tema.

2 CONHECER A EDUCAÇÃO EM SEUS PROCESSOS NÃO FORMAIS

O processo de educação do homem foi fundamental para o desenvolvimento dos grupos sociais e de suas respectivas sociedades, razão pela qual o conhecimento de sua história e experiência passada é essencial para a compreensão dos rumos tomados pela educação no presente.

Seguindo esta corrente ainda na idade média ou era medieval a patrística de Santo Agostinho acreditava que pela iluminação, o homem recebe de Deus o conhecimento das verdades eternas. Essa corrente é chamada de patrística por ser elaborada pelos padres da Igreja Católica.

O registro inicial da história da educação vem na idade antiga e subdividiu-se em algumas fases iniciada pela escolástica que tinha em sua característica a tentativa de conciliar a fé cristã com a razão. Alguns filósofos gregos como Platão e Aristóteles fizeram história no âmbito educacional. Aristóteles acreditava na educação como forma de preparar o homem para viver em sociedade. Platão por sua vez defendia que toda educação era de responsabilidade estatal e, ainda, reivindicava o acesso universal à educação e a mesma instrução para meninos e meninas.

Estas correntes da idade antiga fizeram parte da herança cultural deixada como uma das fontes sobre a qual a civilização ocidental se ergueu, e o legado deixado pelas principais cidades estados da Grécia Antiga Esparta e Atenas constituem-se como princípio de organização social e educativa que serviu de modelo para diversas sociedades no decorrer dos séculos.

Durante a era medieval, estudantes eram formados de acordo com o pensamento conservador de educação desenvolvida em consonância com os rígidos dogmas da Igreja Católica. O conhecimento era como um corpo sagrado, essa matriz de pensamento permaneceu dominante e foi grande responsável pela concepção do papel da educação desde o desaparecimento do Antigo Regime desenvolvido na Grécia Antiga até a constituição dos Estados Nacionais.

Após a Segunda Guerra Mundial, surgem outras orientações historiográficas que instauram no campo pedagógico uma “crise” nos pressupostos tradicionais de se fazer a história da educação como um longo processo para se chegar à história da pedagogia. No decurso da história do Ocidente, a Pedagogia firmou-se como ciência da educação. Entretanto, a prática educativa é uma ação social, cuja origem está ligada à da própria humanidade.

A compreensão do fenômeno educativo e sua intervenção intencional fez surgir um saber específico que modernamente associa-se ao termo pedagogia. O Processo ensino e aprendizagem, a ação cultural do educador em intervir e/ou de transmitir tecnicamente, de forma sedutora, significativa e em comunhão com a realidade social, o perfil e a história de vida do educando, o conhecimento e a informação e a dimensão cognitiva do educando ao perceber, aprender, apreender e se apropriar de forma crítico-reflexiva do conhecimento e das informações transmitidas pela percepção pessoal de observador ou de sujeito da intervenção formativo-educativa da qual foi sujeito, a sua acomodação junto aos conhecimentos anteriormente existentes e sua capacidade de aplica-los à realidade social vivido compartilhada enquanto ser social e cidadão.

Em função da trajetória histórica da educação, cabe salientar que a educação não atendeu sempre as mesmas concepções uma vez que a pedagogia sistematiza a educação para melhor compreensão do indivíduo. Ao tratar de sistematização da educação compreende que a sistematização é um ato complexo que se baseia no melhoramento de um método a partir de uma reflexão crítica e interpretação das lições aprendidas.

Através deste caminho pode-se melhor compreender métodos educacionais, pois observamos traços presentes nas práticas educativas atuais que remetem a herança deixada.

Nas décadas de 1950 e 1970, essas concepções tradicionais rompem com o modelo ideológico, teórico, unitário e continuísta da educação e estabelece um modelo aberto e vivo de pesquisa articulada. Instituída no Brasil em 1939, esta viria a ter influências dessa fase de transição entre história da educação e história da pedagogia. Esse novo modelo chega à metade dos anos de 1970 como uma revolução historiográfica, uma nova imagem do fazer histórico. A década de 1970 reflete a situação macro do regime militar no Brasil. As práticas sociais, econômicas e políticas se diferenciam e marcam a história desta época. O governo militar impôs seu objetivo de transformar a forma de pensar e de agir das pessoas, visto por ele como padrão necessário à manutenção do sistema vigente que, geralmente, ocorre por meio da educação ou da imposição.

No que se refere ao grau de formalização da educação, podemos encontrar tipos de educação: informal, formal, não formal. Os critérios de diferenciação dos tipos de educação passam pelo grau de intencionalidade conhecimento intencional, ou seja, a essência do conhecimento é alcançar a verdade da mesma forma que a essência da vontade é alcançar o bem. Deliberação argumentação sobre um assunto polêmico; debate e estruturação.

A princípio podem-se caracterizar alguns de seus campos de desenvolvimento: a educação informal é vista como aquela que os indivíduos aprendem durante seu processo de

socialização ocorrendo em espaços da família, bairro, rua, cidade, clube, espaços de lazer e entretenimento; nas igrejas; e até na escola entre os grupos de amigo; ou em espaços delimitados por referências de nacionalidade, localidade, idade, sexo, religião, etnia, sempre carregada de valores e culturas próprias, de pertencimento e sentimentos herdados. Poderá ter ou não intencionalidades, por exemplo, educar segundo os preceitos de uma dada religião é uma intencionalidade. A educação formal é aquela que aparece nas escolas ou qualquer outro ambiente que apresente conteúdos previamente demarcados.

Uma dificuldade atual da educação não formal é defini-la de forma coerente sem levar em consideração os estereótipos que a ela é empregado. No primeiro momento confrontar a educação formal e a não formal é o início de quebrar varias barreiras. A educação não formal ocorre fora do sistema regular de ensino, sendo complementar a este. É toda a atividade educacional organizada, sistemática e continuada fora da estrutura do sistema formal, que proporciona a subgrupos particulares da população tipos de aprendizagem selecionados. Embora organizado, os resultados de aprendizagem não são formalmente avaliados. Contudo, é intencional, sistemática e deliberada, mas não está formalmente organizada, ou seja, é uma situação educativa não escolar, organizada fora do sistema acadêmico convencional.

Existe uma característica dentro da educação não formal, os seus métodos de ensino abrangem diversas maneiras. Seu caráter repetitivo denota atualização dos esquemas de vida. Isto significa que a tradição é uma orientação para o passado, justamente porque o passado tem força e influência relevante sobre o curso das ações presentes. A tradição também se reporta ao futuro, ou melhor, indica como organizar o mundo para o tempo futuro, que não é visto como algo distante e separado; ele está diretamente ligado a uma linha contínua que envolve o passado e o presente.

3 A ESCRAVIDÃO E O REVERSO DA MEDALHA

Os africanos, quando escravizados no Brasil, nada possuíam à sua disposição que permitisse sua sobrevivência no cativo, a não ser o que podiam extrair das profundezas de sua alma (Siqueira, 1998). Assim sendo, foi neste momento que reconstruíram juntos à Religião afro brasileira. O culto as divindades no Brasil em questão ao Ketu o Orixá tem sua origem situada em tempos antigos, e surgiu logo após o negro africano perceber a existência de entidades e forças superiores e com elas ter estabelecido um primeiro contato (Verger, 1981).

A escravidão pode ser definida como o sistema de trabalho no qual o indivíduo “o escravo” é propriedade de alguém, podendo ser vendido, doado, emprestado, alugado, hipotecado ou confiscado. Legalmente, o escravo não tem direitos: não pode possuir ou doar bens e nem iniciar processos judiciais, mas pode ser castigado e punido. Além de mão-de-obra, o escravo representava riqueza era visto na sociedade colonial também como símbolo do poder e do prestígio dos senhores, cuja importância social era avaliada pelo número de escravos que possuíam. O escravo tornou-se a mão-de-obra fundamental nas plantações de cana-de-açúcar, de tabaco e de algodão, nos engenhos, e mais tarde, nas vilas e cidades, nas minas e nas fazendas de gado.

Tivemos dificuldades em precisar registros dos primeiros negros que chegaram ao Brasil. A escravidão foi implantada durante o século XVII e se intensificou entre os anos de 1700 e 1822, sobretudo pelo grande crescimento do tráfico negreiro. O apogeu do afluxo de escravos negros pode ser situado entre 1701 e 1810, quando centenas de milhares de africanos foram desembarcadas nos portos coloniais. Os negros eram capturados nas terras onde viviam na África e distribuídos pelo mundo em grandes navios, em condições miseráveis e desumanas. Muitos morriam durante a viagem através do oceano Atlântico, vítimas de doenças, de maus tratos e da fome.

Os negros que sobreviviam à travessia, ao chegar ao Brasil, eram separados do seu grupo linguístico e cultural africano e misturados com outros de tribos diversas para que não pudessem se comunicar. Além de terem sido tirados de sua terra natal, de não terem nenhum direito, os escravos tinham que conviver com a violência e a humilhação em seu dia-a-dia. O comércio de escravos entre a África e o Brasil tornou-se um negócio muito lucrativo. Com a guerra civil que acontecia em terras africanas era oportuno à compra e venda de mão de obra escrava.

O tratamento dado a esses negros nas lavouras era tal qual a sua travessia sem nenhum respeito à integridade humana. Os negros eram despertados através das badaladas de um sino e formados em fila no terreiro para serem contados pelo feitor e seus ajudantes, que após a contagem rezavam uma oração que era repetida por todos os negros. Em suas jornadas diárias, os negros também sofriam os mais variados tipos de castigo, nas cidades o principal castigo era os açoites que eram feitos publicamente nos pelourinhos que se constituíam em colunas de pedras erguidas em praças pública e que continha na parte superior algumas pontas recurvadas de ferro onde se prendiam os infelizes escravos.

As fugas, as resistências e as revoltas sempre estiveram presentes durante o longo período da escravidão. Existiram centenas de “quilombos” dos mais variados tipos, tamanhos

e durações. Os “quilombos” eram criados por escravos negros fugidos que procuravam reconstruir neles as tradicionais formas de associação política, social, cultural e de parentesco existentes na África. O “quilombo” mais famoso pela sua duração e resistência, foi o de Palmares, estabelecido no interior do atual estado de Alagoas, na Serra da Barriga, sítio arqueológico tombado recentemente. Este “quilombo” se organizou em diferentes tribos interligadas, sendo constituído por milhares de habitantes e possuindo forte organização político-militar.

O sociólogo pernambucano Gilberto Freyre, no seu livro *Casa-grande e Senzala* (1933), foi o primeiro a considerar positivamente a contribuição dos africanos para a construção do “modo de ser” dos brasileiros. Submetidos a um sistema extremamente opressor, no qual era tratado como mercadoria, como ferramenta de trabalho, como coisa, o negro de origem africana nem sempre aceitou passivamente a situação à qual estava submetido. Apesar da duração e da disseminação da escravidão como um valor na sociedade brasileira, não foram poucas as ocasiões em que estas pessoas se rebelaram contra a ordem, em revoltas, fugas, desobedecendo aos seus senhores, sabotando engenhos, tirando a vida de senhores e capatazes violentos e, às vezes, a própria.

Mesmo antes do processo de escravidão e deportação negra o contato entre tribos já existia; através de alianças ou de dominação essas relações propiciaram a difusão, entre as regiões distantes, de cultos e divindades, como se verifica na adoção de deuses daomeanos pelos Iorubas. Até o islamismo, oriundo da parte oriental da África, já havia alcançado a costa ocidental, processo intensificado a partir do século XVIII com o contato entre brancos e negros.

As religiões, não obstante suas *idiosincrasias* possuem cada qual a sua própria verdade, porquanto respondem a certas condições da existência humana. Dessa maneira, todas podem ser sociologicamente analisadas, e deve-se por em evidência sua ligação com as estruturas sociais de onde resultam e que expliquem o seu desenvolvimento. Durkheim (1983a) alerta que a investigação não diz respeito apenas à ciência das religiões, pois

Com efeito, toda religião tem um lado pelo qual ela ultrapassou o círculo das ideias propriamente religiosas e, através disto, o estudo dos fenômenos religiosos fornece um meio de renovar problemas que, até o presente, não foram debatidos senão entre filósofos. Sabe-se desde muito tempo que os primeiros sistemas de representações que o homem se fez do mundo e de si mesmo são de origem religiosa. Não existe religião que não seja uma cosmologia ao mesmo tempo que uma especulação sobre o divino. [...]. Mas o que foi menos notado é que ela não se limitou a enriquecer com certo número de ideias um espírito humano previamente formado; ela contribuiu também para formá-lo. Os homens não lhe deveram apenas uma notável

parcela de matéria de seus conhecimentos, mas também a forma segundo a qual esses conhecimentos são elaborados. (DURKHEIM, 1983a, p. 211).

A par disso, conclui-se que a religião é eminentemente um fato social, cujas representações de grupo exprimem realidades ao mesmo tempo coletivas.

Por conseguinte, como fato social, no processo de interação com a cultura dos grupos dominantes, os negros assimilaram sincreticamente o Cristianismo a partir de suas necessidades, conservando-se fiéis às suas lógicas culturais. O sincretismo é um processo dinâmico que envolve uma relação intelectual e emocional dos envolvidos, agenciando a criação de uma “homologia entre os sistemas em interação”, que se estende à cultura.

Segundo Droogers (1989), o termo sincretismo possui duplo sentido, pois é usado com significado objetivo, neutro e descritivo de mistura de religiões, e com significado subjetivo que inclui a avaliação de tal mistura. O termo sincretismo sofreu mudanças de significado com o tempo e a distinção entre a definição objetiva e subjetiva tem raízes históricas. Na antiguidade significava junção de forças opostas em face do inimigo comum, contudo, a partir do século XVII, tomou caráter negativo, passou a referir-se à reconciliação ilegítima de pontos de vistas teológicos opostos, ou heresia contra a verdadeira religião, sentido muito difundido atualmente no Brasil.

Deve-se ressaltar que algumas religiões utilizam o sincretismo, pois representam o resultado de grandes sínteses integrando elementos de várias procedências. O termo sincretismo traz por outro lado a ideia de opressão e de imposição da religião do colonizador sobre o colonizado, implicando na aceitação pacífica pela classe subalterna, de tradições da classe dominante, que adotaria e confundiria elementos de origens distintas e opostas.

Uma vez que a religião aproximava os negros dos brancos, e a cidade tornava mais fácil o contato entre as classes, era dever da Igreja o controle dessa aproximação, fazendo com que os grupos se mantivessem sob o jugo eclesiástico, seja no cerne das instituições católicas religiosas, seja fora dela, na sociedade.

O ofício da missa e a realização das festas religiosas ou cívicas que envolviam procissões, autos e folguedos quebravam a rotina de trabalho marcando os domingos e feriados santificados. Eram momentos privilegiados de reunião da sociedade, de convergência da população urbana e vizinhança. Tornados católicos, os negros escravos e a população mestiça tinham o direito de frequentar a missa e a igreja de seus senhores. Contudo, só faziam isso em espaços reservados a eles, como nos pórticos de onde assistiam à missa em pé. (SILVA, 2005, p. 37).

Se os negros ocupavam “espaços de exceção” nas igrejas, as famílias senhoriais ocupavam “espaços ilustres” na nave principal, cujos lugares nos bancos eram distribuídos de

acordo com a riqueza e o prestígio. O africano não renunciou à sua cultura, todavia sabia “navegar” entre dois mundos de natureza diferente e com excepcional inteligência. Ele sabia o que podia incorporar tanto de um lado quanto de outro, e sempre conseguiu administrar essa contradição em sua vida cotidiana, comportando-se de uma forma que o fez aceitável em uma sociedade que não era a sua, mas na qual era inicialmente condenado a viver (Siqueira, 1998).

Uma forma de compreender a administração da contradição na vida do negro é observar, de acordo com Mariosa (2009), o negro praticando sua fé nas divindades africanas aqui no Brasil conhecida como candomblé e se valendo dos cultos aos santos Católicos para disfarçar a prática de sua crença, criando um universo religioso denominado de religiosidade africana.

Um dos fatores ao qual é atribuído o desenvolvimento do Candomblé é a necessidade que uma parcela dos grupos negros sentiu de reelaborar sua identidade social e religiosa, mediante a difícil condição que a escravidão, e mais tarde o desamparo social, infligiu-lhes, permanecendo como referência às matrizes religiosas, cujos espaços desempenharam o papel de uma nova África reinventada no Brasil (Silva, 2005).

Segundo Prandi (1996), a organização das religiões negras no Brasil teria ocorrido tardiamente, destacando-se que as últimas levas de africanos trazidos para o país ocorreu nas décadas finais do século XIX, quando o processo de escravidão já chegava ao seu limite. Tais levas se fixaram principalmente nas áreas urbanas, propiciando um maior contato físico e social entre os escravos desse período, pois possuíam maior mobilidade e uma considerável liberdade, viabilizando uma interação até então desconhecida, assim como condições sociais favoráveis para a sobrevivência de determinadas religiões africanas através da organização de seus cultos.

Os negros escravizados no Brasil foram capturados pelos próprios portugueses ou adquiridos em regiões como o Golfo de Benin, a chamada Costa dos Escravos, onde era intenso o comércio escravagista, movimentado principalmente pelo aprisionamento que tribos rivais faziam entre si, nos conflitos. Como salienta Silva (2005), *Agontimé*, rainha esposa do rei *Angonglo* do *Daomé*, teria sido capturada no fim do século XVIII, estabelecendo-se posteriormente como escrava em São Luis do Maranhão, onde veio a instituir o “culto aos deuses (voduns) da família real *daomeana*”, no Terreiro Casa das Minas que existe atualmente (Silva, 2005).

Durante a guerra de *Daomé* três rainhas foram aprisionadas e deportadas para a Bahia como escravas *Akalá*, *Adetá* e *Nassô*. Começavam assim, no século XVIII, em Salvador, na época a primeira capital da colônia portuguesa, no bairro da Barroquinha, a religião dos *orixá*.

A Barroquinha era um bairro de negros. Lá estava a Igreja de Nossa Senhora da Barroquinha, que desempenhou um papel estratégico, de apoio para desenvolver a cultura negra. Desde 1764, havia se instalado ali uma associação de escravos libertos, a Irmandade de Bom Jesus dos Martírios, que anos mais tarde iria arrendar o terreno nos fundos, onde funcionou o candomblé. O culto funcionava numa residência na Rua da Lama, atrás da Igreja da Barroquinha, onde hoje fica a Rua Visconde de Itaparica, tendo à frente a africana *Adetá*. Depois dela à africana *Akalá*, introduzindo o culto a Airá um tipo de Xangô. Nessa época se deu a saída dos *Arô*, que foram para Luís Anselmo e fundaram lá o candomblé do *Alaketu* conduzido por décadas pela *ialorixá* Olga do Alaketu, falecida em 2005.

A terceira grande sacerdotisa do candomblé da Barroquinha foi uma *Nassô*. Acredita-se que ela não veio para a Bahia como escrava, mas sim, intencionalmente, para reestruturar o culto a *Xangô* e tentar reorganizar o seu povo nesse momento de desagregação total dos *iorubás*. Ela estava acompanhada de outras pessoas do alto escalão de *Oyó*. Eram alguns *Essas*, um título no conselho de ministro do reino de *Ketu*, *Babá Axiá* e Rodolpho Martins de Andrade, também conhecido como *Bamboxê Obitikô*, entre outros. “Há quem diga que a mãe de *Nassô* já tinha sido escrava na Bahia, conseguiu a alforria e retornou para a África e que, como muitas outras mães-de-santo baianas, *Nassô* era comerciante e morava no Centro Histórico de Salvador”. (CANDOMBLÉS DA BARROQUINHA, s/i)

Após a transferência de local, a irmandade passou a ser conhecida como Casa Branca do Engenho Velho, ou *Ilê Axé Yyá Nassô*, considerada a primeira casa de *Ketu* no Brasil. Segundo Carneiro:

O Candomblé do Engenho Velho deu de uma forma ou de outra, nascimento a todos os demais e foi o primeiro a funcionar regularmente [...] três negras da Costa, de quem se conhece apenas o nome africano – Adetá (Iyá Dêta), Iyá Kalá e Iyá Nassô [...] por muito tempo estas três mulheres emprestaram grande brilho a casa (CARNEIRO, 2008, p. 35).

Já tinham feito o principal: criado uma religião que era um poderoso acordo diplomático entre povos distintos. Nas indumentárias e vocabulários, aparecem heranças jejes e angolas. Mas, ao contrário do que temia a política da época, quando os africanos esqueceram os velhos ódios étnicos que os separaram no passado, não se abateu um grande perigo sobre a Bahia. Na verdade, começou aí uma luta longa e pacífica pela tolerância religiosa e registros para poder funcionar, pelo convívio harmônico. A liberdade de culto chegou definitivamente à Bahia muito tempo depois, através de um decreto governamental assinado em janeiro de 1976. Somente a partir daí, os terreiros que funcionavam de acordo

com cada nação não precisaram mais do registro, pagamento de taxa e licença da polícia para exercer suas atividades.

Segundo a oralidade, a nação de *Ketu* surgiu em meados do século XIX. As nações do Candomblé podem ser identificadas pelas características de culto e local de origem, em África, da população que deu origem à nação. Segundo Pierre Verger, em seus escritos denominados *Notícias da Bahia 1850* (1999), as casas de Candomblé, cujo povo é originário de Angola, Congo e Cabinda, são chamadas de nação de Angola; os povo oriundos de *Fon* e *Éwé* compõem a nação *Jêje*; as casas de nação *Ketu* descendem dos povos de *Ketu*, *Efon* e *Ijexá*.

4 A DINÂMICA LITURGICA EM TERRAS DE KETU: REAFIRMANDO IDENTIDADES

O candomblé de *Ketu* são os espaços qualificados como urbano e o rural que segundo Santos 1986 traduz como “mato” (SANTOS 1986). O espaço urbano (doméstico) está associado aos espaços público e privado, onde as pessoas transitam e/ou adentram com ou sem restrições nas casas templos, nas casas dos orixás, os quartos para feituas, o barracão onde as festas são realizadas e os convidados recebidos, as habitações temporárias ou permanentes para os membros daquele candomblé. Está relacionado às árvores e plantas sagradas cujo propósito está associado às práticas litúrgicas, como os banhos e beberagens. O mato é a reserva natural que tem a função de abastecer o terreiro com as ervas, bem como abrigar os rituais que devem ser efetuados no mato.

O candomblé é constituído por nações: *Jeje* e suas ancestralidades, *Nagô*, *Ketu*, *Angola*, *Fon*, entre outras, e cada uma guarda em si formas e expressões próprias de cultuar o *orixá*. As nações, portanto, tem a ver com as particularidades de cada região africana que tenta preservar as tradições culturais de seus povos ancestrais. “É possível distinguir essas ‘nações’ umas das outras pela maneira de tocar o *atabaque* (seja com a mão, seja com varetas), pela musica pelo idioma dos cânticos, pelas vestes litúrgicas, algumas vezes pelo nome das divindades enfim por certos traços do ritual” (BASTIDE, p.29).

No Brasil, o candomblé que possui maior número de adeptos é o de *Ketu*, *Nigéria*, e a iniciação dependente de uma preparação rigorosa com o propósito de despertar o corpo dos adeptos para a visita das divindades africanas. É a iniciação compreendida em sua dimensão comunitária, com o propósito de proporcionar harmonias social e espiritual.

No candomblé de Ketu, a hierarquia é extremamente importante. O respeito aos conhecimentos dos mais velhos e seus respectivos cargos é primordial às relações cotidianas dentro desse espaço religioso. O candomblé de *Ketu* não nega a tensão existente entre homens e mulheres. Existe esta tensão, como já existia entre os *orixás* quando vivos na Terra: aborós (*orixá* masculino) e yabás (*orixá* feminino). Há atividades que podem tão-somente ser desenvolvidas pelos homens, como outras que podem ser desenvolvidas tão somente pelas mulheres. Isto se justifica por conta da própria história do *orixá* que deixou, como legado, as ações que uma mulher tem poder para executar; o mesmo para o homem. O importante desta tensão entre o masculino e o feminino é que, num determinado momento, ambos se complementam: a função que só deve ser exercida pelas mulheres e a função que só deve ser exercida pelos homens, num determinado momento do processo socioeducativo e religioso, se conectam.

A valorização da mulher dentro do candomblé de *Ketu* não implica na desvalorização do homem ou de pessoas com outras orientações sexuais; ao contrário. Ainda que sejam enfrentadas as tensões das relações de gênero, presentes nas sociedades ocidentais podem compartilhar de conhecimentos que fundamentam a importância da complementaridade e da bipolaridade, que valoriza a inclusão e amplia a visão com relação ao diferente. Desta forma, não existe a tentativa de eliminar o outro que é diferente, andrógino ou ambivalente. O que existe é a tentativa de conviver com respeito, aceitando a diversidade. O candomblé de *Ketu* apresenta valores civilizatórios coletivos, inclusivos e mais humanistas que os valores ocidentais.

Os terreiros, mas antigos de Salvador da nação de Ketu sempre tiveram mulheres como suas líderes religiosas as *Yalorixás*. As pessoas responsáveis pela organização de todas as funções e da distribuição do “*axé*” é a “sacerdotisa” (*iyalorixá*; mãe-de-santo) e o “sacerdote” (*babalorixá*; pai-de-santo) que, cercados por mães e pais pequenos (os) e outras pessoas hierarquicamente importantes, trabalham pela estabilidade do grupo. Tal distribuição pode ocorrer pelas palavras, gestos, movimentos corporais, cantigas dentre outras.

No início está o *abiã*. O termo *abiã* é originário do *iorubá abíyán* (*a* – aquele, *bí* – que nasce, *iyán* – com dúvidas) e tem como possível versão, “aquele que vai nascer” (cf. Beniste, 2015; Lima, 2011). Este nascer está estritamente relacionado ao rito iniciático que é composto de um simbolismo de morte e renascimento. No candomblé, esta categoria é usada para classificar todas as pessoas que efetivamente ingressam para uma determinada comunidade litúrgica, porém sem passarem pelo ritual de iniciação. Por conseguinte, muitos religiosos definem o *abianato* apenas como um momento de conhecimento mútuo do *abiã* e de uma

comunidade litúrgica específica. Isto configuraria, num olhar superficial sobre a questão, apenas uma espécie de fase de apresentação, para verificar se ambos têm compatibilidades ideais para estreitarem laços sociais e rituais.

Durante o período do *abianato* o indivíduo é apresentado aos direitos e deveres que lhe cabem. Por deter maior conhecimento dentro dos ilês já que grande parte do processo é feito exclusivamente por mulheres cabe a elas ensinar ao *abiã* dentro dos terreiros. Este processo tem caminhos básicos e padrão na maioria dos terreiros tais como, os, mas velhos devem ser sempre respeitados, porém dentro dessa realidade religiosa não se trata de, mas velho em idade de vida e sim no que se refere a tempo de iniciado ou como se costuma dizer ao tempo de “*feito no santo*”.

Outra parte que o *abiã* aprende é que aquele espaço para ele é limitado existem locais os quais ele é terminantemente proibido de entrar entende-se que seu corpo e sua mente não estão devidamente preparados para certos fundamentos do candomblé. É apresentado a ele os detalhes do *orixá* que é o responsável pelo terreiro ao qual ele esta convivendo naquele momento, detalhes como as cores as saudações as ferramentas se é feminino (*Yabá*) ou se é masculino (*Aboró*) aprende como se comporta cada *orixá* e conseqüentemente os seus *filhos*.

Durante o *abianato* também se aprende as orações ou ditas rezas que fazem referencias aos *orixás* estas rezas são aprendidas durante o *abianato* e período de *yâo*, que é o momento onde se inicia o aprendizado aos fundamentos todo esse processo de educação não formal caracteriza a identidade da religião de matriz africana e demonstra como se construiu ao longo dos anos os candomblés no Brasil.

Após a iniciação feita por um momento chamado de *feitura* começa uma relação cronológica, conta-se em anos as responsabilidades adquiridas e os títulos recebidos. Durante os primeiros sete anos a titulação é de *yaô* cabe ai o aprendizado específico do seu *orixá* e do *orixá* responsável do terreiro, todos os detalhes primordiais são ensinados neste período como as comidas específicas do *orixá* os fundamentos de determinados ritos que a ele como *abiã* era negado.

Para a tradição afro brasileira, a fala é considerada divina, tendo uma importância crucial para a educação, a transmissão de valores e da própria história. A memória de quem utiliza a oralidade para transmitir conhecimentos é muito ampla. Os guardiões da tradição oral africana (os “*domas*”) detêm o conhecimento transmitido pela tradição oral de sua comunidade. A oralidade das sociedades africanas fortalece a ligação entre o homem e a palavra e fortalece a memória. O universo visível é considerado a concretização do universo invisível e isso se dá através da palavra. A linguagem oral toma forma para se transmitir os

conhecimentos ancestrais por meio de fórmulas nem sempre inteligíveis para quem a escuta. A palavra tem papel fundamental ela, é sagrada, tem axé, tem força e energia vital e emocional.

A palavra transmite “axé”; em rituais religiosos a palavra acompanhada da energia ou “hálito”, de gestuais, ultrapassa seu conteúdo semântico racional liga-se à afetividade (SANTOS; 1986). Como afirma Hampatê Ba (2010): “a palavra falada se empossava, além de um valor moral fundamental de um caráter sagrado vinculado à sua origem divina, às forças ocultas nela depositadas [...] Não era utilizada sem prudência”. Para esse historiador, “a tradição oral esculpe a alma do homem africano” e “as primeiras bibliotecas do mundo foram o cérebro do homem.” Essas afirmações indicam a importância da transmissão de saberes através da oralidade, e reafirma que essa forma de transmissão, presente no cotidiano dos terreiros, pode se constituir num veículo fortalecedor da cultura afro-brasileira em sua multiplicidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo buscamos compreender a educação não formal desenvolvida na dinâmica litúrgica dos terreiros de candomblé da nação de Ketu, com a contribuição da mulher negra, como forma de reafirmar a identidade negra. Neste processo, através da tradição oral, entendendo que aquelas mulheres, historicamente elas são detentoras dos conhecimentos profundos e necessários para a formação de um *abiã* e ou iniciados, entendemos esse processo como eminentemente educativo, de natureza não formal, visto que se estabelece uma rede de saberes, posta em circulação, configurando uma situação de ensino e de aprendizagem no Terreiro.

O Candomblé é uma religião rica em significados, perspectivas e visões de mundo ainda pouco conhecido pelos não praticantes. Compreendemos que a necessidade de entendermos as práticas educativas que ultrapassam os muros da escola, reconhecê-las e valorizá-las como importantes formadores de identidades, significa dizer que é extremamente importante para constituição de uma sociedade justa e democrática. Desta forma estamos contribuindo para o alargamento das fronteiras da pesquisa em Educação e em Pedagogia.

Logo, a pesquisa sobre a que maneira as mulheres negras estão contribuindo na religião do candomblé, na nação ketu, dentro de uma pedagogia social e de uma educação não formal, visou elucidar também os múltiplos significados sobre a religiosidade de matriz africana, bem como contribuir com o combate à discriminação a respeito do tema. A educação

que ocorre no Candomblé caracteriza-se como um processo de produção e perpetuação de crenças e ideias, que envolvem a troca de símbolos, bens, poderes e a aprendizagem de saberes ancestrais, ensinamentos morais, narrativas míticas, fundamentos religiosos, papéis, funções e comportamentos. Assim, este processo educativo, não formal, é fundamental para a criação de laços entre indivíduo e comunidade, bem como para a aquisição do saber religioso e para o pertencimento social e religioso que reafirmam a identidade negra.

REFERÊNCIAS

BARBIERI, R; LEONARDI, V: **Atlântico Negro Na Rota dos Orixás** [Documentário] Produção Vitor Leonardi, direção de Renato Barbieri. Brasília, Instituto Itaú Cultural e Videografia, 1997. 53min. 41seg.

CARNEIRO, E. **Candomblés da Bahia**. 9. Ed. São Paulo:Wmf, 2008.

DURKHEIM, Émile. As formas elementares da vida religiosa. In:____. **Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1983a.

GOLDMAN, A; SCOTT, R: **1482 A Conquista do Paraíso** [Filme aventura /drama] Produção Alain Goldman direção Ridley Scott. Estados Unidos, Paramount Picture. 1992 142min.

LIBÂNEO J. C. **Pedagogia e pedagogos: inquietações e busca**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n17/n17a12.pdf>. Acesso em: 01 nov.2017.

MARIOSIA, Gilmara Santos. **Negras memórias da princesa de Minas**. Juiz de Fora: Funalfa, 2009.

PRANDI, Reginaldo. As religiões negras do Brasil. Para sociologia dos cultos afro-brasileiros. **Revista da USP**, São Paulo ,1996. p. 63-83.

PRANDI, Reginaldo. Deuses africanos no Brasil. In: PRANDI, Reginaldo. **Herdeiras do Axé**. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 1-50.

SILVA, Vagner Gonçalves da. **Candomblé e Umbanda: caminhos da devoção brasileira**. São Paulo: Selo Negro, 2005.

SIQUEIRA, Maria de Lourdes. **Agô Agô Lonan**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1998.

VERGER, Pierre F. **Os orixás**. Salvador: Corropio, 1981.

VERGER, Pierre. **Fluxo e refluxo do trafico de escravos entre o golfo e o Benin e a Bahia de todos os santos dos Séculos XVII a XIX**. 4 ed. Ed. Corrupio, 2002.

NOTAS DE TRADUÇÃO

ABIÃ: Denominação de pessoa que antecede a iniciação propriamente dita.

ABIANATO: Período que o *abiã* fica antes de passar pelos ritos de iniciação.

ABORÓ: Para alguns analíticos o termo usado para definir os orixás masculinos.

ADETÁ: Cargo sacerdotal

AGONTIMÉ: Rainha de Daomé

AKALÁ: Cargo sacerdotal

ALAKETU: A palavra significa “um que possui Ketu”

ANGONGLO: Rei de Daomé

ARÔ: Título de honra entre autoridades em Ketu

ATABAQUE: Tambor feito com a pele de animal distendida. É percutido com as mãos e pode ter vários tamanhos.

AXÉ: Força vital atribuída a aceitação e esperança do feito.

AXIPÁ: Troca

BABÁ: Papai

BAMBOXÊ: Título da terra de Xangô

Ka Nzo Ndombe significa em Kimbundo “Pequena Casa de Negros” ou “Pequena Casa de Nativos”. O “Ka” é utilizado como diminutivo. “Nzo” significa “Casa” e por fim, “Ndombe” (Negro/Nativo). Assim, acredita que o “Ka Nzo Ndombe” tornou-se “Ka Ndombe”, até popularizar-se como conhecemos e falamos hoje.

DAOMÉ: É o antigo nome de um país da África, cujo território, atualmente, forma o Benin

ÉWÉ: Folha (vegetal)

IALORIXÁ: Zeladora do culto, mãe do orixá. Mãe de santo

IDIOSSINCRASIAS: É uma característica de comportamento peculiar de um indivíduo ou de determinado grupo. O termo tem vários sentidos, variando de acordo com o contexto em que é empregado, sendo também possível ser aplicado para símbolos que significam algo para uma pessoa em particular.

IJEXÁ: Nome de uma região da Nigéria e de um toque para orixá Oxum, Oxála e Ogun.

IORUBÁ: Espécie de Língua de determinada região da África.

JÊJE: Uma das Nações do candomblé no Brasil.

KETU: Cidade a oeste de Dahomé, no sul de Porto Novo, e à leste de Egbá. Também dá nome a uma das nações do candomblé no Brasil

ORIXÁ: Significa "ori" = cabeça, "xá" = iluminação, então, temos "cabeça iluminada" ou "espírito iluminado".

OBITIKÔ: Título de um ministro da entidade conhecida por Xangô

OYÓ: Reino do orixá Xangó

XANGÔ: Orixá relacionado com o fogo, o raio, o trovão e a justiça.

YABÁ: Divindades femininas.